

**Gestão 2020-2022**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2641/2020-PGJ, DE 5.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 2285/2020-PGJ, de 30.6.2020, na parte que concedeu ao Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva o 2º período de férias, que seriam usufruídas no período de 8 a 17.9.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2642/2020-PGJ, DE 5.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 3.8.2020, a Portaria nº 2392/2020-PGJ, de 8.7.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Gevaír Ferreira Lima Junior 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2623/2020-PGJ, DE 4.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães 4 (quatro) dias de férias compensatórias, no período de 7 a 10.1.2020, sendo 2 (dois) dias referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016, por ter atuado no período de 20 a 28.12.2015, e 2 (dois) dias referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, por ter atuado no período de 2 a 6.1.2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e tornar sem efeito a Portaria nº 4630/2019-PGJ, de 11.12.2019.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2636/2020-PGJ, DE 4.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pelo Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 79 e 82 da Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir (Processo PGJ/10/2087/2020):

CONTRIBUIÇÃO	TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	EMPREGADOR
SPRF/RO - RPPS	2.777 dias	13.2.2003 a 20.9.2010	Policial Rodoviário Federal	Polícia Rodoviária Federal
Defensoria Pública da União - RPPS	2.515 dias	21.9.2010 a 9.8.2017	Defensor Público Federal	Defensoria Pública da União

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2643/2020-PGJ, DE 5.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 11 e 12.10.2019, a serem usufruídos nos dias 30 e 31.7.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2644/2020-PGJ, DE 5.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 40ª Zona Eleitoral, nos dias 30 e 31.7.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2619/2020-PGJ, DE 3.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 62/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/1668/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2620/2020-PGJ, DE 3.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz, ocupante de cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão de Constatação de Disponibilidade de Material, CCDM, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, instituída pela Portaria nº 1508/2020-PGJ, de 4.5.2020; e revogar a referida portaria na parte que designou o servidor Waldeluir Cavallini.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-10/2020-PGJ, DE 4.8.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Fabio Maick da Silva, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídas nos períodos de 1 a 10.6.2021 e 1 a 10.11.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.9.2020, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2629/2020-PGJ, DE 4.8.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Emanuely Martins Atanasio da Silva, ocupante do cargo efetivo de Analista/Arquitetura, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Projetos, no período de 17 a 25.8.2020, em razão de férias da titular, Thaís da Silva Rodrigues.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2630/2020-PGJ, DE 4.8.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Luiz Leonardo Villalba, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Atendimento e Suporte, no período de 31.7 a 7.8.2020, em razão de licença-casamento do titular, Heron Jorge Gomes da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 43/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

**Notícia de Fato nº 01.2020.00004582-8** - 10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados - Recorrente: Solange Vilarim de Araújo – Recorrido: Ministério Público Estadual - Assunto: Apurar o descumprimento por parte da Prefeitura Municipal e dos bancos do Decreto Municipal 4506/2020, o qual dispõe sobre a suspensão por 90 dias do pagamento dos empréstimos consignados do servidor público.

Campo Grande, 4 de agosto de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN  
Procurador de Justiça  
Secretário do Conselho Superior do MP

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE DECISÃO DE RECURSO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que na licitação Pregão Eletrônico nº 5/PGJ/2020 (Processo PGJ/10/0328/2020), por decisão da Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, o recurso interposto pela licitante Luasi Livraria e Papelaria Eireli foi conhecido e, no mérito, teve seu provimento negado.

Campo Grande, 05 de agosto de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA  
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS  
Ordenadora de Despesa

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/PGJ/2020**  
**PROCESSO Nº PGJ/10/1667/2020**  
**UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que a licitação Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/1667/2020), referente à aquisição de veículos sedan, marca Toyota, modelo Corolla, blindados, zero km, ano de fabricação e modelo 2020/2020 ou superior, padronizados conforme a Resolução nº 20/2009-PGJ, de 5-11-2009 (alterada pela Resolução nº 06/2018-PGJ, de 26-04-2018), para atender ao Ministério Público Estadual, foi declarada FRACASSADA.

Campo Grande, 05 de agosto de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA  
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS  
Ordenadora de Despesa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO CONTRATO N° 86/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/2131/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FABIANO BRESCHI**, representada por **Fabiano Breschi**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento e instalação de gradil metálico com fechamento em chapa lisa e pintura em estruturas metálicas, incluído o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, para atender à sede das Promotorias de Justiça de Bataguassu/MS.

Valor total: R\$ 47.300,00 (quarenta e sete mil e trezentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000313, de 03 de agosto de 2020.

Vigência: 05.08.2020 até 05.08.2021.

Data de assinatura: 5 de agosto de 2020.

**EXTRATO DO CONTRATO N° 87/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/2132/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **R P N DE ALENCAR ENGENHARIA AMBIENTAL E CIVIL**, representada por **Rafael Portela Novaes de Alencar**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de adequação de calçada, incluído o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, para atender à sede das Promotorias de Justiça de Bataguassu/MS.

Valor total: R\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000247, de 17 de julho de 2020.

Vigência: 31.07.2020 até 31.07.2021.

Data de assinatura: 31 de julho de 2020.

**EXTRATO DO CONTRATO N° 98/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/2080/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FLAVIO VASCONCELOS ALVES E CASTRO**, representada por **Flavio Vasconcelos Alves e Castro**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 4/PGJ/2020 – Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de locação de veículos, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 171.408,00 (cento e setenta e um mil e quatrocentos e oito reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE002622, de 24 de julho de 2020.

Vigência: 03.08.2020 a 03.08.2021.

Data de assinatura: 3 de agosto de 2020.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 91/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/1888/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CIVIAM COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**, representada por **Maurício Della Rosa**.

Procedimento licitatório: Contratação direta por inexigibilidade.

Amparo legal: Artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de Dispositivo de Tecnologia Assistiva “*PCEye Plus Completo*”, com garantia de suporte e assistência técnica pelo período de 12 (doze) meses, incluindo os serviços de instalação, calibração e treinamento *on-site*.

Valor total: R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE002638 e 2020NE002639, ambas de 27 de julho de 2020.

Vigência: 03.08.2020 até 03.08.2021.

Data de assinatura: 3 de agosto de 2020.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/2175/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SUPERAR EIRELI**, representada por **Josiane Bagatoli**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 2.165,00 (dois mil cento e sessenta e cinco reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000296 e 2020NE000297, ambas de 22 de julho de 2020.

Vigência: 04.08.2020 a 04.08.2021.

Data de assinatura: 4 de agosto de 2020.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/2174/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SUPERAR EIRELI**, representada por **Josiane Bagatoli**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 3.090,00 (três mil e noventa reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000298, 2020NE000299 e 2020NE000300, todas de 22 de julho de 2020.

Vigência: 04.08.2020 a 04.08.2021.

Data de assinatura: 4 de agosto de 2020.



**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0329/2020

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;**2- CS BRASIL FROTAS LTDA.**, representada por **João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho** e **Adriano Thiele**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 60, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Corrigir, por erro material de digitação constante do Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços, do Pregão nº 10/PGJ/2020, a numeração do item e do subitem da Cláusula Sétima – Das Sanções, da Ata de Registro de Preços nº 5/PGJ/2020, sem ônus para as partes.

Vigência: 05.08.2020 a 08.06.2021.

Data de assinatura: 5 de agosto de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 13/2020.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 09.2020.000025799-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações impostas na sentença proferida no bojo da ação civil pública n. 0900046-58.2017.8.12.0001, para fiscalização dos imóveis localizados na ZEIC C01 (Zona Especial de Interesse Cultural da Região Urbana do Centro), precipuamente em relação a adequação dos anúncios publicitários, indicativos e eletrônicos.

Campo Grande, 04 de agosto de 2020.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 0001/2020/50PJ/CGR**

A 50ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2018.00000889-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Presídio de Trânsito de Campo Grande-MS - PTRAN.

Assunto: "Apurar a suposta violência física perpetrada por agentes penitenciários, relatada pelo custodiado Tiago de Lima Santana".

Campo Grande/MS, 04 de agosto de 2020.

JISKIA SANDRI TRENTIN

50ª Promotora de Justiça



**RECOMENDAÇÃO N.001/2020/50ªPJ**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000518-7

Recomendados (as): Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP; Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS

Finalidade: Elaboração e execução do Plano de Evacuação dos recintos nas obras de construção de muros, escadas e adequação de platibandas nos pavilhões do EPJFC.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público fiscalizar a execução da pena, bem como instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, além de expedir recomendações para a tutela de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que compete à 50ª Promotoria de Justiça da capital, precipuamente, promover visitas e inspeções nas unidades prisionais e de segurança pública que mantenham presos em Campo Grande-MS, adotando medidas extrajudiciais e judiciais para proteção dos interesses difusos e coletivos dos presos, com o objetivo de corrigir irregularidades eventualmente detectadas nos estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 56, de 22 de junho de 2010, do Conselho Nacional do Ministério Público, em especial do artigo 1º<sup>1</sup>, dispondo acerca da uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público, visando assegurar o respeito à integridade física e moral dos presos, consoante previsto no artigo 5º, XLIX<sup>2</sup>, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro, destacando a sua acentuada utilidade para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público;

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília<sup>3</sup> estabelece, dentre as diretrizes referentes ao Ministério Público, *a adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto, atuação racional do mecanismo de judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso*<sup>4</sup>, além do *esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação (...)*<sup>5</sup>;

CONSIDERANDO que a Magna Carta enumera, em seu art. 5º, cláusulas pétreas concernentes aos direitos e deveres individuais e coletivos, explicitando no inciso III que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”; no inciso XLVII que “não haverá penas: (...) cruéis”; no seu inciso XLIX que “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”; redações que deixam evidente a garantia dos encarcerados a receberem tratamento digno, inclusive quanto à própria segurança enquanto cumprem pena.

CONSIDERANDO que a administração pública tem como princípios basilares encartados no art. 37 da Constituição Federal a “legalidade” e a “eficiência”, de modo que ao Estado administrador incumbe dar efetividade a políticas públicas capazes de controlar a criminalidade, sem se olvidar da necessária estruturação e ao funcionamento do sistema carcerário como um todo, pois a legislação constitucional e infraconstitucional assim o determina.

<sup>1</sup>Resolução n. 56/2010-CNMP: Art. 1º Os membros do Ministério Público incumbidos do controle do sistema carcerário devem visitar mensalmente os estabelecimentos penais sob sua responsabilidade, registrando a sua presença em livro próprio.

<sup>2</sup>CF: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

<sup>3</sup> Acordo celebrado em 22 de setembro de 2016, na ocasião do 7º Congresso de Gestão do CNMP realizado em Brasília-DF, entre a Corregedoria Nacional e as Corregedorias-Gerais dos Estados e da União, com o objetivo de modernizar o controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público, bem como o fomento à atuação resolutiva do MP Brasileiro.

<sup>4</sup> Alínea “b”, item 6.

<sup>5</sup> Alínea “n”.



CONSIDERANDO que o art. 1º da Lei de Execução Penal – Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, estatui que *a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado*; seu art. 3º estabelece que *ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei*; sendo que o fato de se encontrar sob a tutela do estado, no interior de uma unidade penal, faz surgir como ínsito o direito à segurança, enquanto lá permanecer;

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 015/2007/PGJ, de 27 de novembro de 2007, da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que disciplina o inquérito civil, visando à proteção dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, nela estabelecendo a expedição de recomendações como *instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social*<sup>6</sup>;

CONSIDERANDO os fatos apurados no Inquérito Civil n. 06.2018.00000518-7, o qual já tramitava em meio físico desde o ano de 2012 (IC n. 014/2012/50ºPJ), instaurado para apurar *a necessidade de medidas para prevenir e coibir a entrada de objetos ilícitos para dentro do EPJFC e do IPCG, arremessados da rua lateral ao muro para dentro dos pavilhões*, constatação essa detectada no decorrer das inspeções da 50ª Promotoria de Justiça em 14 de agosto de 2012, fato esse claramente comprometedor da segurança das referidas unidades penais;

CONSIDERANDO que, no caso em testilha, após longa apuração materializada neste feito extrajudicial, a AGEPEN/MS informou, em 6 de abril/2020 (f. 1.198-1.202, ANEXO I desta Recomendação), acerca da possibilidade de se elaborar um plano de evacuação dos recintos do EPJFC, para reforma dos muros, escadas e adequação das platibandas, mediante a indispensável análise de risco e reunião de todos os envolvidos no planejamento das ações, uma vez que fora concluído o Processo Licitatório 57/102.198/2017 (f. 1.049, contrato nº 0030/2018/AGESUL, ANEXO IV desta Recomendação);

CONSIDERANDO, ainda, que a SEJUSP informara, em 23 de julho de 2018 (f. 1.070-1.078, ANEXO II desta Recomendação), que para a elaboração do referido plano seria preciso a conclusão da obra da Penitenciária I da Gameleira, o que já ocorreu<sup>7</sup> (f. 1.141, ANEXO III desta Recomendação), sendo que a Comunicação Interna n. 8/DEM/AGESUL/2018 (f. 1.078, integrante do ANEXO II desta Recomendação) informou que, para a execução das obras, aguardaria a Ordem de Início dos Serviços – OIC – a partir da evacuação do Estabelecimento Penal de Segurança Máxima – EPJFC<sup>8</sup>;

CONSIDERANDO que transcorreram cerca de 03 (três) anos desde a data da publicação do Processo Licitatório 57/102.198/2017 e o presente momento, sem que houvesse expedição Ordem de Início de Serviço – OIS, em face da falta do plano de evacuação dos recintos em que as obras seriam executadas no interior do EPJFC.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, pelo artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e pelo artigo 5º e 44 da Resolução n. 015/2007/PGJ, de 27 de novembro de 2007, resolve RECOMENDAR à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, representada pelo Secretário *Antônio Carlos Videira*, e à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS, na pessoa de seu diretor-presidente *Aud de Oliveira Chaves*, que adotem providências em conjunto no sentido de fornecer condições para a consecução de obras e melhorias capazes de prevenir e coibir a entrada de objetos ilícitos para dentro do Estabelecimento Penal “Jair Ferreira de Carvalho” – EPJFC, nesta capital, com as seguintes ações sugestivas:

1. Elaborar um plano de evacuação dos recintos nas obras de construção de muros, escadas e adequação de platibandas nos pavilhões de celas do Estabelecimento Penal “Jair Ferreira de Carvalho” – EPJFC;
2. Realizar reforma dos muros, escadas e adequação das platibandas, conforme disciplinado no Processo Licitatório nº 57/102.198/2017 (contrato nº 0030/2018/AGESUL);

6 Art. 5º;

7 Em fevereiro de 2020, conforme notícia veiculada no endereço eletrônico da AGEPEN/MS, a Penitenciária Estadual Masculina de Regime Fechado da Gameleira foi devidamente ativada; f. 1.176-1.177 – ANEXO V desta Recomendação.

88 Por meio da Comunicação interna nº 302/EPJFC/AGEPEN, de 28 de outubro de 2019, a direção do EPJFC consignou que não obteve acesso ao projeto de reforma e adequação dos pavilhões de custódia, fato este que limitaria o planejamento e formação de um plano de evacuação. Ademais, registrou-se que a execução de um plano de evacuação envolveria diversos órgãos e forças policiais, as quais não estaria sob a “jurisdição” da AGEPEN/MS; f. 1.201-1.202 – ANEXO VI desta Recomendação.



Sendo assim, de acordo com o determinado no art. 45, *caput*, da Resolução nº 015/2007/PGJ, aguarda-se o prazo de 30 dias para os recomendados responderem, por escrito, sobre a adoção ou não da presente recomendação, estabelecendo um cronograma das atividades que deverão implementar, em caso positivo.

Deverão, ainda, com fundamento no parágrafo único do art. 45 da Resolução nº 015/2007/PGJ, providenciar, incontinenti, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação, sem prejuízo da que deverá ser determinada por este *Parquet* no âmbito do Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul – DOMP/MS.

Campo Grande/MS, 3 de agosto de 2020

JISKIA SANDRI TRENTIN  
50ª Promotora de Justiça

---

#### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

---

##### AMAMBAI

---

#### EDITAL Nº 0024/2020/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC: 09.2020.00002541-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: MARIALBA PIOVESAN, AMAMBAI MADEIRAS LTDA

Objeto: Fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00002318-5.

Amambai (MS), 05 de agosto de 2020.

MICHEL MAESANO MANCUELHO  
Promotor de Justiça

---

##### ANASTÁCIO

---

#### PORTARIA Nº 0001/2020/49ZE/ANC

Número do MP: 09.2020.00002620-9

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;



CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020, INSTAURA-SE o presente:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 09.2020.00002620-9, tendo como:

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: A apurar

OBJETO: Acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020.

Com o objetivo de colher elementos para subsidiar a atuação ministerial, determina-se ao servidor desta Promotoria de Justiça, a quem nomeio para secretariar os trabalhos, que se adotem as seguintes providências:

- Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
- Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
- Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.
- Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico;
- Após, faça-se a conclusão dos autos para novas deliberações.

Anastácio, 04 de agosto de 2020

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor Eleitoral

#### NÚMERO DO MP: 09.2020.00002620-9

Recomendação 0001/2020/49ZE/ANC

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios de Anastácio e Dois Irmãos do Buriti, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a proximidade das convenções partidárias (31 de agosto a 16 de setembro – EC 107/2020), bem como a necessidade de os Partidos respeitarem toda a legislação eleitoral, especialmente a Lei 9.504/97 e as disposições da Resolução TSE n. 23.609/2019, que disciplina os procedimentos de escolha e registro dos candidatos nas eleições 2020;

CONSIDERANDO que o órgão partidário municipal deve estar devidamente constituído e registrado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral até a data da convenção (art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que nas Eleições 2020 estão vedadas as coligações proporcionais, ou seja, para vereador, bem como cada partido só pode registrar candidatos até 150% das vagas a preencher (art. 17, § 1º, CF; art. 10, da Lei 9.504/97 e Consulta TSE n. 600805-31/DF);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, e no artigo 17, § 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, que determinam que cada partido deve preencher, nas eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero;



CONSIDERANDO que no cálculo do percentual mínimo (30%), de observância obrigatória, o arredondamento de qualquer fração deve ser sempre para cima, nos termos do art. 17, § 3º, da Resolução TSE n. 23.609/2019 (assim, por exemplo, se o Partido lançar um total de 14 candidatos, terá que ter no mínimo 5 mulheres, pois 30% de 14 é igual a 4,2, que deve ser arredondado para 5, e o máximo de 9 homens);

CONSIDERANDO que o cálculo dos percentuais de candidatos para cada gênero terá como base o número de candidaturas efetivamente requeridas pelo partido e deverá ser observada também nos casos de vagas remanescentes ou de substituição, sob pena de indeferimento do pedido de registro do partido – DRAP, e, por consequência, o indeferimento de todos os candidatos a vereador daquele partido (art. 17, §§ 4º e 6º e art. 48, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que a inclusão de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, apenas para preencher o percentual mínimo de 30% exigido em lei, pode caracterizar abuso do poder político ou fraude eleitoral, que acarreta o indeferimento ou a cassação de todos os candidatos do partido, mesmo que já eleitos, seja através da Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE (art. 22, da LC 64/90, quando detectado antes da diplomação), seja através da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - AIME (art. 14, § 10, da CF, quando o fato for detectado após a diplomação), conforme vários precedentes do TSE nesse sentido, como, por exemplo, no Recurso Especial Eleitoral nº 19392, de 04/10/2019; na Ação Cautelar nº 060048952, de 12/03/2020 e no Recurso Especial Eleitoral nº 319, de 12/03/2020;

CONSIDERANDO que a apresentação de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, pode caracterizar crime de falsidade ideológica (art. 350, do Código Eleitoral) e ato improbidade administrativa, acarretando para o agente a obrigação de devolver ao erário o que recebido durante a licença, além das demais sanções previstas na Lei n. 8.429/92 (multa, suspensão dos direitos políticos, perda do cargo, etc.);

CONSIDERANDO que os candidatos devem preencher todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidir em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019);

CONSIDERANDO que as causas de inelegibilidades previstas na Lei Complementar n. 64/1990, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), serão aplicadas integralmente nas eleições de 2020, pois foram declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 29 e 30 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.4578 em 16/02/2012), inclusive sobre fatos pretéritos e pelo prazo de 8 (oito anos) anos do fato gerador da inelegibilidade previsto em lei, o que impõe aos Partidos Políticos critérios rigorosos na escolha e indicação de seus candidatos para que, além de preencherem as condições de elegibilidade, não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade;

CONSIDERANDO que a ata das convenções partidárias deve obedecer aos requisitos e procedimentos formais previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

CONSIDERANDO que a ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura poderá ser suprida pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por declaração de próprio punho do candidato, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, sob pena de indeferimento do registro de candidatura;

CONSIDERANDO que eventuais certidões criminais positivas de candidato devem ser acompanhadas de certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO que o RCC já deve ser apresentado com a prova da desincompatibilização, se for o caso, para os candidatos que a lei exige o afastamento prévio, conforme exige o art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO o prazo exíguo entre o final das convenções (dia 16 de setembro) e o registro de candidaturas (dia 26 de setembro), bem como que o pedido de registro perante a Justiça Eleitoral deverá ser apresentado somente em meio digital gerado pelo Sistema CANDex, com transmissão pela internet, até o dia anterior ou com entrega em mídia à





Justiça Eleitoral, até as 19h do dia 26/09, instruídos eletronicamente com vários documentos exigidos pela legislação (ver arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que os formulários de DRAP e RRC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, devem ser impressos e assinados pelos responsáveis. Ademais, os formulários e documentos devem ficar sob a guarda dos respectivos partidos políticos ou coligações até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Podendo, inclusive, serem requisitados à exibição pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

CONSIDERANDO que, mesmo escolhidos em convenção partidária, a propaganda eleitoral dos candidatos só é permitida após 26 de setembro de 2020, nos termos do art. 1º, § 1º, IV, da EC 107/2020, e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como a arrecadação e gastos de campanha só são permitidos após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

CONSIDERANDO que, em razão da atual pandemia de COVID-19, o TSE considerou lícita a realização de convenções partidárias por meio virtual, bem como regulamentou a situação na Resolução TSE n. 23.623/2020, o que restou positivado na EC 107/2020, art. 1º, § 3º, III;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos nas eleições e o tumulto do processo eleitoral, especialmente no processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações;

RESOLVE RECOMENDAR AOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS NOS MUNICÍPIOS DE ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI que, sem prejuízo de observar toda a legislação eleitoral:

1 – Verifiquem, antes da convenção, se o órgão de direção partidária municipal está devidamente constituído e regularizado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral, conforme exige o art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019. Em regra, a consulta está disponível no site do respectivo Tribunal Regional Eleitoral, na aba “Partidos”; ou em contato com mesmo Tribunal;

2 – Diante da vedação das coligações proporcionais, escolham em convenção candidatos até o máximo de 150% das vagas a preencher, nos termos do art. 17, § 1º, CF; do art. 10, da Lei 9.504/97 e da Consulta TSE n. 600805-31/DF;

3 - Observem o preenchimento de no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero, mantendo estas porcentagens durante todo o processo eleitoral, mesmo no caso de preenchimento de vagas remanescentes ou de substituições, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

4 - Formem suas listas de candidatos a Vereador com no mínimo 30% do gênero minoritário, calculando esse percentual sobre o número total de candidatos efetivamente levados a registro e arredondando qualquer fração sempre para cima, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

5 - Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, ou seja, de pessoas que não disputarão efetivamente a eleição, não farão campanha e não buscarão os votos dos eleitores, especialmente para o preenchimento do mínimo de 30% da cota de gênero, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, que pode ser objeto de ação judicial antes ou depois da diplomação (AIJE ou AIME), bem como possível caracterização de crime eleitoral;

6 – Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que



haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, sob pena de caracterização crime de crime eleitoral e ato improbidade administrativa;

7 – Só escolham em convenção candidatos que preenchem todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019), notadamente aquelas previstas no art. 14, § 4º ao 8º, da Constituição Federal, e todas as hipóteses previstas na Lei Complementar n. 64/1990, Lei das Inelegibilidades, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa. Para tanto, os Partidos devem fazer uma análise minuciosa da situação jurídica e da vida pregressa dos seus pré-candidatos, para evitar candidatos “ficha suja”, os quais podem ter o registro de candidatura indeferido, pois além da cassação do registro ou diploma, os votos serão retirados do quociente eleitoral no sistema proporcional, prejudicando, assim, o próprio Partido;

8 – Observem os requisitos e procedimentos legais referentes à ata das convenções partidárias, especialmente os previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, inclusive a necessidade de transmissão ou entrega em mídia do arquivo da ata gerado pelo CANDex à Justiça Eleitoral no dia seguinte da convenção;

9 – Acompanhem e fiscalizem para que, na ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura, o respectivo candidato supra a falta pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por uma declaração de próprio punho, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, salvo nova previsão do TSE em razão da pandemia de Covid-19;

10 – Caso alguma certidão criminal de candidato for positiva, já juntar ao respectivo RRC a certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

11 – Caso algum candidato, por exigência legal, tenha que se desincompatibilizar, já juntar ao respectivo RRC a prova da desincompatibilização, com fulcro art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

12 – Diante do exíguo prazo entre o fim das convenções e o registro de candidatura, providenciem com antecedência toda a documentação necessária para preencher e instruir o DRAP e o RRC (arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019). Quanto ao DRAP do partido, merece destaque os arts. 22 e 23, da Resolução TSE n. 23.609/2019, e quanto ao RRC dos candidatos, os arts. 24 a 27, da mesma Resolução, que contem um rol de informações e documentos que serão necessários;

13 – Mantenham sob a guarda do Partido ou Coligação os formulários de DRAP e RCC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, os quais devem ser impressos e assinados pelos responsáveis e guardados até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Inclusive, para serem exibidos caso sejam requisitados pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

14 – Orientem e fiscalizem para que os candidatos, mesmo após escolhidos em convenção partidária, só realizem propaganda eleitoral a partir de 27 de setembro de 2020 (EC 107/2020), nos termos e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como só façam arrecadação e gastos de campanha após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

15 – Em razão da atual pandemia de COVID-19, para evitar aglomerações, realizem convenções virtuais, bem como observem as diretrizes para sua realização fixadas pelo Grupo de Trabalho do TSE (Resolução TSE n. 23.623/2020);

16 – Evitem deixar para os últimos dias o protocolo dos DRAPs e dos RRCs, evitando assim riscos e facilitando o julgamento dos pedidos de registro pela Justiça Eleitoral.





Além disso, o Ministério Público Eleitoral REQUISITA que os Diretórios Municipais dos Partidos informem a esta Promotoria, no prazo de até 5 (cinco) dias depois da respectiva convenção partidária: a) o nome completo das candidatas que compõem o percentual mínimo de 30% da cota de gênero; b) o nome completo de eventuais servidores públicos, civis ou militares, que serão candidatos pelo partido. A resposta deve ser enviada no seguinte email [pjanastacio@mpms.mp.br](mailto:pjanastacio@mpms.mp.br) ou entregue no seguinte endereço: Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Anastácio/MS (mediante agendamento prévio em razão da pandemia).

Por fim, para ciência e divulgação, dado o interesse público das informações aqui veiculadas, determino o envio de cópia desta Recomendação, inclusive por meio e-mail, se necessário: a) aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios de Anastácio e Dois Irmãos do Buriti; b) ao Juiz Eleitoral desta Zona Eleitoral; c) ao Presidente da OAB local; d) às Câmaras de Vereadores, e e) às Prefeituras Municipais.

Publique, também, no DOMP.

Anastácio, 04 de agosto de 2020

JOÃO MENEZES GIRELLI  
Promotor Eleitoral

#### COXIM

#### EDITAL Nº 03/2020/02PJ/CXM

##### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 2ª Promotoria de Justiça de Coxim faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 03/2020, referente aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Coxim, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 2ª Promotoria de Justiça de Coxim até o dia 10/08/2020.

Coxim/MS, 04 de agosto de 2020.

##### LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 03/2020

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)	PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)		
Órgão / Setor – 2ª Promotoria de Justiça de Coxim	Órgão / Setor – 2ª Promotoria de Justiça de Coxim		
Tipo Documental	Justificativa da Eliminação/Observações	Ano Inicial	Ano Final
Nome/Conteúdo Informacional			
Classe/Subclasse - 000.001- Controle de Processo e Correspondências - anos 2009 e 2017; Classe/Subclasse – 000.002 – Correspondências expedidas – Ofícios, anos, 1993, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014 e 2015; Classe/Subclasse – 000.003 – Correspondências recebidas – Ofícios, anos 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017; Memorandos, ano de 2010; Classe/Subclasse – 000.007 – Convites – anos 2019 e 2020; Classe/Subclasse – 000.008 – Relatório de atividades – Mensal – anos 2010 e 2011; Classe/Subclasse – 000.0011 – Certidões expedidas, anos 2010, 2011 e 2015; Classe/Subclasse – 000.013 – <i>Curricula Vitae</i> – anos 2005 e 2017;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. A Lista de Eliminação de Documentos nº 03/2020	Exercício 1991	Exercício 2020



<p>Classe/Subclasse – 200.004 – Termos/oitivas de declarações – Termos de declarações, anos 2009, 2010, 2011 e 2014;</p> <p>Classe/Subclasse – 200.007 – Notificações, ano de 2010;</p> <p>Classe/Subclasse – 200.009 - Cartas Precatórias – Carta Precatória, ano de 2013;</p> <p>Classe/Subclasse – 200.010 – Pareceres Técnicos – ano de 2017;</p> <p>Classe/Subclasse – 200.013 - Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões e contrarrazões, etc.) – Petições Iniciais, anos 2008, 2009 e 2011);</p> <p>Classe/Subclasse – 200.017 – Termos de ajustamentos de conduta – anos de 2006, 2007, 2008, 2010 e 2013;</p> <p>Classe/Subclasse – 200.018 – Portarias de instauração e/ou reabertura de inquérito civil/procedimento preparatório de inquérito civil – ano de 1996;</p> <p>Classe/Subclasse – 200.019 – Inquéritos civis/procedimento preparatórios de inquérito civil (sem termo de compromisso de ajustamento de conduta) – Inquéritos civis nº 002/1991, 007/1992, 001/1993, 002/1993, 001/1994, 002/1994, 004/1996, 005/1996, 006/1996, 008/1996, 007/1996, 009/1996, 001/2000 e 001/2005;</p> <p>Classe/Subclasse – 200.020 – Inquéritos civis/procedimento preparatórios de inquérito civil (com termo de compromisso de ajustamento de conduta) – Inquéritos Civis nº 004/1993, 003/1996, 014/1996, 019/1996, 001/1998, 002/1998, 003/1998 e 002/2004;</p> <p>Classe/Subclasse – 200.035 – Representações – anos de 1997, 2009, 2010 e 2011;</p> <p>Classe/Subclasse – 200.050 – Notícias de Fato - Notícia de Fato nº 001/2012, 002/2012, 003/2012, 004/2012, 005/2012, 007/2012, 008/2012, 009/2012, 010/2012, 011/2012, 012/2012, 013/2012, 015/2012, 016/2012, 018/2012, 019/2012, 020/2012, 024/2012, 025/2012, 029/2012, 030/2012, 034/2012, 041/2012, 046/2012, 083/2012, 001/2013, 007/2013, 011/2013, 013/2013, 016/2013, 021/2013, 024/2013, 038/2013, 039/2013, 040/2013, 001/2014, 002/2014, 004/2014, 006/2014, 026/2014, 004/2015, 005/2015, 008/2015, 010/2015, 019/2015, 024/2015, 025/2015, 026/2015, 027/2015, 030/2015, 032/2015, 033/2015, 034/2015, 036/2015, 040/2015, 041/2015, 042/2015, 044/2015, 045/2015, 046/2015, 055/2015, 058/2015, 060/2015, 061/2015, 062/2015, 063/2015, 066/2015, 067/2015, 068/2015, 069/2015, 070/2015, 071/2015, 072/2015, 073/2015, 074/2015, 080/2015, 081/2015, 082/2015, 083/2015, 085/2015, 086/2015, 087/2015, 088/2015, 090/2015, 091/2015, 002/2016, 004/2016, 010/2016, 028/2016, 042/2016, 043/2016, 045/2016, 056/2016 e 058/2016;</p> <p>Classe/Subclasse – 200.064 – Procedimentos extrajudiciais (procedimentos preparatórios, procedimentos investigatórios criminais, inquéritos civis etc.) referentes a objeto de investigação sem dano ou ressarcimento ao erário – anos de 1993, 1994, 1996, 1997, 2003, 2005, 2006 e 2007; (PIP nº 002/2004, 001/2005, 002/2005, 002/2007, 001/2008, 002/2008, 003/2008, 004/2008, 005/2008, 006/2008, 007/2008, 010/2008, 014/2008, 015/2008 e 016/2008, 001/2009, 002/2009, 003/2009, 004/2009, 005/2009, 006/2009, 007/2009, 008/2009, 009/2009, 010/2009, 011/2009, 012/2009, 013/2009, 014/2009, 015/2009, 016/2009 e 017/2009; PEPROV nº 001/2003, 002/2004, 001/2005, 002/2005, 003/2005, 004/2005, 009/2005, 020/2005, 030/2005, 033/2005, 001/2006, 001/2007, 002/2007, 003/2007, 004/2007, 006/2007, 008/2007, 039/2007, 040/2007, 044/2007, 001/2008, 007/2008, 008/2008 e 009/2008 );</p> <p>Classe/Subclasse – 200.066 – Procedimentos administrativos arquivados sem distribuição judicial – Procedimento Administrativo nº 002/2012, 003/2012, 005/2012, 007/2012, 010/2012, 011/2012, 013/2012, 021/2012, 023/2012, 028/2012, 031/2012, 032/2012, 034/2012, 002/2013, 004/2013, 005/2013, 006/2013, 008/2013, 010/2013, 012/2013, 017/2013, 018/2013, 020/2013, 021/2013, 023/2013, 025/2013, 026/2013, 030/2013, 031/2013, 033/2013, 037/2013, 036/2013, 039/2013, 042/2013, 043/2013, 047/2013, 048/2013, 053/2013, 055/2013, 057/2013,</p>			
--	--	--	--



60/2013, 31/2013, 063/2013, 002/2014, 003/2014, 014/2014, 016/2014, 030/2014, 057/2014, 058/2014, 065/2014, 071/2014, 072/2014, 073/2014, 001/2015, 008/2015, 013/2015, 014/2015, 018/2015, 021/2015 e 026/2015 ; Classe/Subclasse – 200.085 – Cópia de processo judicial – anos de 1995, 2009 e 2014;			
Responsável pelo Preenchimento: Renandra Evelin Proença de Lima Eugênio - Digitadora Data do preenchimento: 04/08/2020			

**EDITAL Nº 0037/2020/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000833-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Hercules Ulian, João Aparecido Lins, José Vanir Palata e Kennedy Ulian

Assunto: Apurar desmatamento de 4,87 hectares em área de Savana Arborizada com floresta-de-galeria, na Fazenda São Bento do Taquari, em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 71/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2019).

Coxim/MS, 31 de julho de 2020.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0038/2020/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000823-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Abrahão Garcia Barbosa.

Assunto: Apurar desmatamento em áreas de Florestas Estacionais Semidecíduais Aluvial (Mata) e Savana Florestada (Sd), na Fazenda Primavera, em Alcínópolis/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer Complementar n. 211/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2016-2017) e Auto de Infração nº 9104484 E (Operação Mata Viva) IBAMA (2016).

Coxim/MS, 31 de julho de 2020.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça



---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL Nº 0005/2020/39 ZE/DPS.**

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00002614-2.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00002614-2, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, CAOPFFE - Centro de Apoio Operacional da Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral.

Interessado: Responsáveis Legais - Jornais, revistas, periódicos emissores de rádio e TV e demais veículos de comunicação.

Objeto: Acompanhar e fiscalizar a adoção de medidas de precaução por parte dos veículos de comunicação, durante o período das eleições para prefeito e vereador, nos Municípios de Deodápolis e Glória de Dourados.

Deodápolis/MS, 5 de julho de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor Eleitoral.

---

**PEDRO GOMES**

---

**EDITAL Nº 0024/2020/PJ/PDG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00002626-4, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00002626-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Tatiane Fontoura Marcelino, Selvino Peres Ferreira

Assunto: Realizar diligências com a finalidade de celebrar Acordo de Não Persecução Penal nos autos do Inquérito Policial nº 58/2019, SAJ-TJ nº 0000366-48.2019.8.12.0039.

Pedro Gomes/MS, 04 de agosto de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO  
Promotor de Justiça em Substituição Legal